

*Programa Memória do
Mundo da Unesco
Brasil*



Ministério
da Cultura





Memória do Mundo
Brasil - 2012



Ministério
da Cultura



O Programa Memória do Mundo da UNESCO tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor como patrimônio cultural da humanidade.

A candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo é inserida no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, foi criado em 2004, sob os auspícios do Ministério da Cultura, com o propósito de reconhecer acervos documentais de relevância para o Brasil.

Em 2006 os integrantes do Comitê Nacional do Brasil foram nomeados representando instituições brasileiras dedicadas à preservação, acesso, difusão e a pesquisa de acervos documentais, além de especialistas na temática.

Em março de 2012 o Comitê Nacional realizou lançamento de Edital e Regulamento para candidaturas à nomeação de acervos documentais no Registro Nacional do Brasil, para o qual foram recebidas trinta e seis proposições e destas dez nominadas.

Arquivo Herbert de Souza (1952-2003), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas.

Atlas e Mapa do Cartógrafo Miguel Antônio Ciera (1758), da Fundação Biblioteca Nacional.

Coleção Carlos Gomes do Museu Imperial (1855-1942), do Museu Imperial.

Coleção de Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia (1543-1818), do Mosteiro de São Bento da Bahia.

Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960), do Arquivo Público Estadual da Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul.

Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1889), do Arquivo Público Mineiro.

Livros dos Bens Livres Pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco (1765-1768), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Por Curt Nimuendajú (1943), do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Negativos de Vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz – IOC (1903-1946), da Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz.

Processos Trabalhistas: Dissídios Coletivos e Individuais (1941-1985), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco.

Arquivo Herbert de Souza (1952-2003)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas.



O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar arquivos pessoais de homens públicos relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação.

Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos (<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia>) constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por cerca de 200 fundos, totalizando aproximadamente 1,3 milhão de documentos textuais e mais de 100 mil documentos audiovisuais.

A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Acessus, tarefas primordiais do Centro. Os documentos desse acervo estão sendo progressivamente disponibilizados pela Internet.



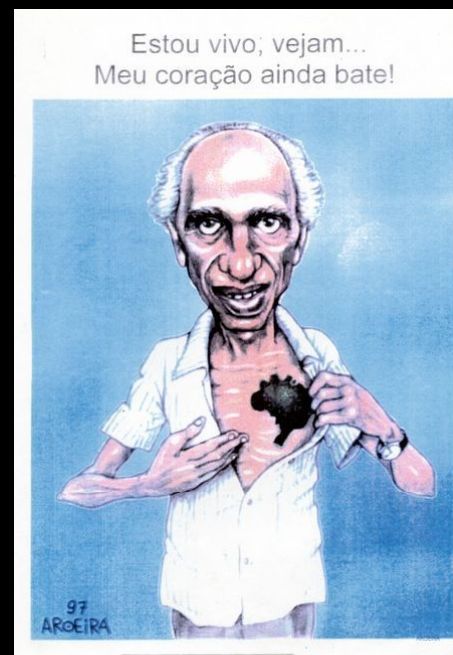
Arquivo Herbert de Souza (1952-2003)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas.

Memória do Mundo

O Arquivo Herbert de Souza (Betinho) foi doado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 15 de março de 2004, por sua esposa e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), do qual o titular foi criador e presidente, da fundação até sua morte, em 1997.

Abrangendo o período de 1952-2003, o Arquivo Herbert de Souza apresenta 5.235 unidades documentais, assim distribuídas: 13.802 documentos não impressos, 1.286 documentos Impressos, 147 Documentos iconográficos. Os documentos do Arquivo Betinho são fonte de pesquisa sobre as transformações no cenário nacional – como o governo João Goulart e o Regime Militar, mas também de períodos mais recentes, abordando temas como a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia); a campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; a questão agrária e o Movimento pela Ética na Política.



**Atlas e Mapa do Cartógrafo Miguel Antônio Ciera (1758), da
Fundação Biblioteca Nacional.**



O acervo cartográfico da Biblioteca Nacional é constituído por uma vasta coleção, composta por mais de 22.000 mapas, entre manuscritos e impressos, e aproximadamente 2.500 atlas, alguns de grande importância histórica, além de diversas monografias e tratados sobre o tema.

Nesse acervo, inclui-se material de extrema relevância para a história não só do Brasil, mas de todo o império ultramarino português, e também para o estudo da técnica cartográfica e suas mudanças no passar dos séculos.

**Atlas e Mapa do Cartógrafo Miguel Antônio Ciera (1758), da
Fundação Biblioteca Nacional.**

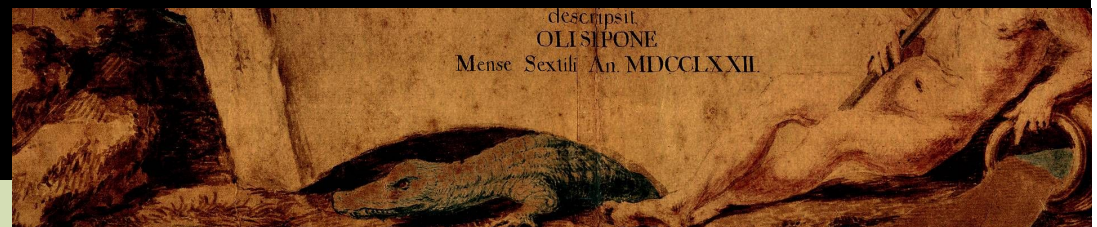
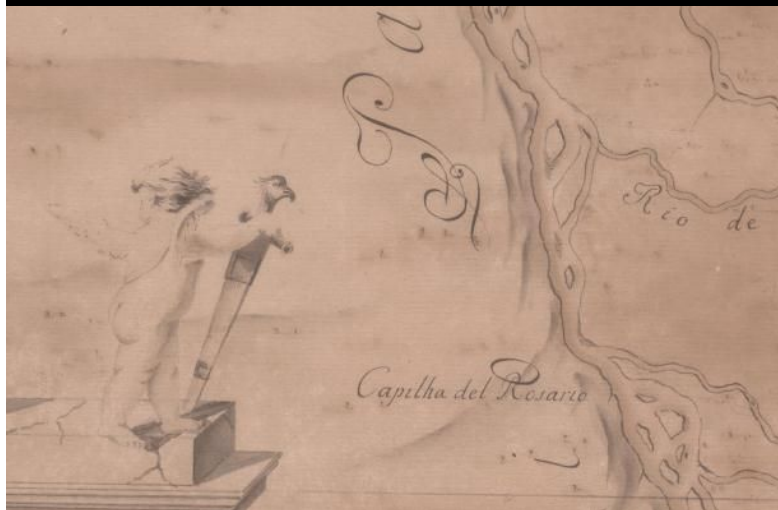
Memória do Mundo



O documento intitulado “*Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paranà et Paraguay exactissime nunc primum describuntur...*” de Miguel Antônio Ciera, de 1758, constando de 35 folhas e conhecido como “Atlas de Ciera”, oferecido ao rei de Portugal D. José I após o seu retorno a Portugal.

Trata-se de um registro sobre a demarcação de fronteiras da Região Sul do Tratado de Madri, onde Ciera fez parte da terceira Partida da Comissão Mista, contratado pela Coroa portuguesa.

A candidatura inclui, ainda, um mapa avulso sobre o mesmo assunto e de sua autoria, intitulado “*Tabula nova, atque accurata America Australis*”, restaurado recentemente, e que integra as cartas de Ciera sobre a demarcação de fronteiras.



Coleção Carlos Gomes

Museu Imperial



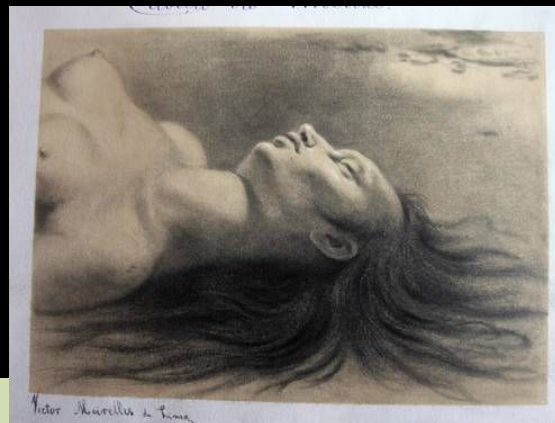
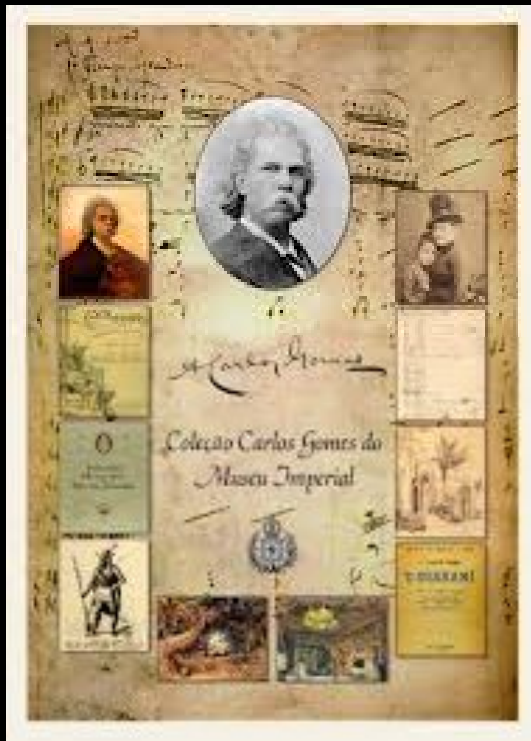
O Museu Imperial foi criado em 20 de março de 1940 e inaugurado em 16 de março de 1943. Ao longo dos anos seu acervo foi se formando por inúmeros objetos e coleções transferidos de outros órgãos públicos, como o extinto Museu Histórico de Petrópolis, o Arquivo Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e o Palácio do Itamaraty, além de compras, legados e doações de particulares.

O Museu Imperial tem como missão servir à sociedade brasileira como referência nacional do estudo e da reflexão da história do Brasil imperial e da cidade de Petrópolis, com a oferta permanente de exposições e atividades que visem ao exercício e ao aprimoramento do conhecimento para todos os segmentos da população. Seu acervo é considerado o mais representativo do período monárquico do Brasil.



A Coleção Carlos Gomes do Museu Imperial reúne 285 itens, incluindo fotografias, documentos textuais, gravuras, desenhos, livros, periódicos, folhetos e uma partitura. Entre as raridades, está um álbum de recordações que possui mensagens de grandes nomes da época dedicadas a Carlos Gomes, como um desenho de Pedro Américo, um desenho e uma poesia de Victor Meirelles e uma dedicatória de Manuel Araujo Porto Alegre.

Também merecem destaque os cenários da ópera *Il Guarany*, em aquarelas de Carlo Ferrario, cenógrafo do Teatro alla *Scala de* Milão, Itália, e a partitura manuscrita de um hino composto para o primeiro centenário da Independência norte-americana, encomendado pelo imperador d. Pedro II e por ele oferecido ao presidente Ulysses Grant na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876. O acervo foi doado ao Museu Imperial em duas partes, em 1946 e 1950, por Ítala Gomes, filha do maestro.





O Mosteiro de São Bento da Bahia é o primeiro mosteiro beneditino das Américas, fundado em 1582. Sua biblioteca guarda milhares de obras raras. O primeiro prédio do mosteiro de São Bento, em Salvador, foi construído no final do século 16. O atual, foi iniciado na segunda metade do século 17.

Foi ocupado pelos holandeses em 1624, durante a invasão de Salvador, quando saquearam e destruíram o edifício. O monge arquiteto Frei Macário de São João fez o projeto do novo prédio, em estilo neoclássico. As obras foram iniciadas no século 17 e concluídas no final do século 19.

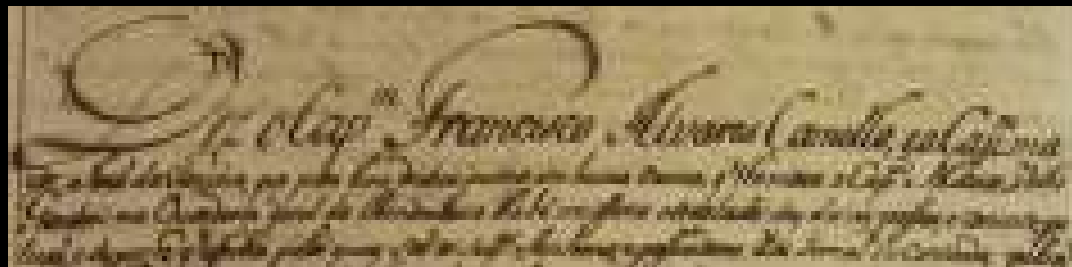
A história do Mosteiro está ligada à história da Bahia. No século 17, serviu de enfermaria durante o período da peste espanhola. No século 18, acolheu os vitimados da Guerra de Canudos. Em 1982, a igreja do Mosteiro foi elevada a condição de Basílica Menor de São Sebastião pelo Papa João Paulo II.



Coleção de Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia (1543-1818)

Mosteiro de São Bento da Bahia.

Memória do Mundo



São manuscritos únicos escritos em tinta ferrogálica onde se registram documentos jurídicos relevantes para o Mosteiro de São Bento, como a referência ao patrimônio material – latifúndios, terrenos e casas – dos monges beneditinos da Bahia. Sua leitura possibilita a compreensão do processo de povoamento da Cidade do Salvador, assim como de regiões que ficavam, na época, fora da Cidade.

Os Livros do Tombo formam uma coleção de 6 volumes, todos em grande formato e de beleza inigualável. Juntos, alcançam um período de cerca de 400 anos, relativos aos séc. XVI, XVII, XVIII e XIX. A maioria desses documentos constitui-se de traslados do original, isto significa que o conteúdo é dos séculos XVI ao XIX, mas o suporte (papel, capa em couro, maneira de encadernação) data, provavelmente, do início do século XIX ou XX.



Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)
Arquivo Público Estadual da Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul



O Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul foi criado por meio do Decreto nº12.397, em 23 de agosto de 2007. Considerando que ao poder público compete zelar e preservar por seu patrimônio documental e histórico, e o valor histórico e científico da documentação permanente como instrumento de pesquisa e formadora da memória de um governo e de um povo, estão entre os objetivos do Arquivo Público Estadual a guarda e a manutenção do acervo documental da administração Pública Estadual, que deve ser preservado por seu valor legal, técnico e histórico, e a organização, a administração, a proteção e a preservação dos documentos de valor histórico, artístico, cultural e administrativo.



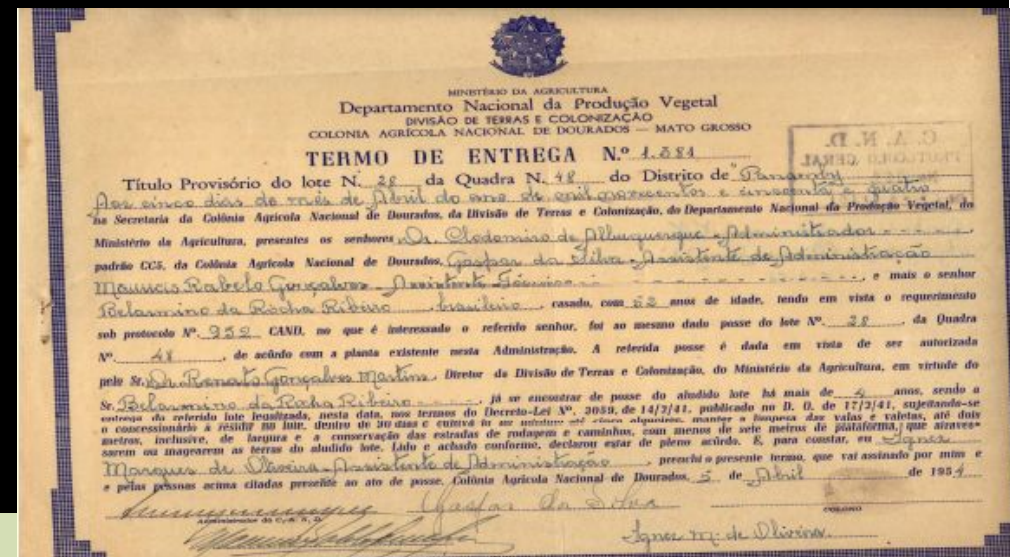
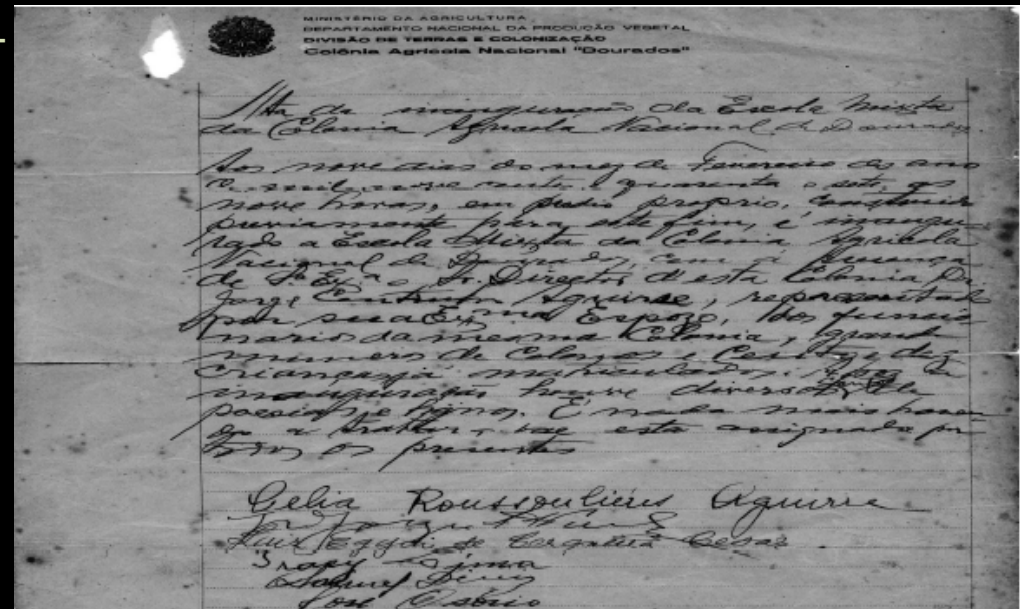
Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)

Arquivo Público Estadual da Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul



Documentos da administração da “Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND”, projeto de colonização do governo de Getúlio Vargas dentro da política de nacionalização das fronteiras denominado “Marcha para o Oeste”. A CAND foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.941 de 28/10/1943 e durou de 1943 a 1960, numa área de 300.000 (trezentos mil) hectares. A CAND gerou grande movimentação migratória, tanto em todo o território Nacional como dentro do próprio estado de Mato Grosso. São todos documentos originais produzidos tanto pela administração da colônia quanto pelos próprios colonos em encaminhamento para a administração e tratam de assuntos como:

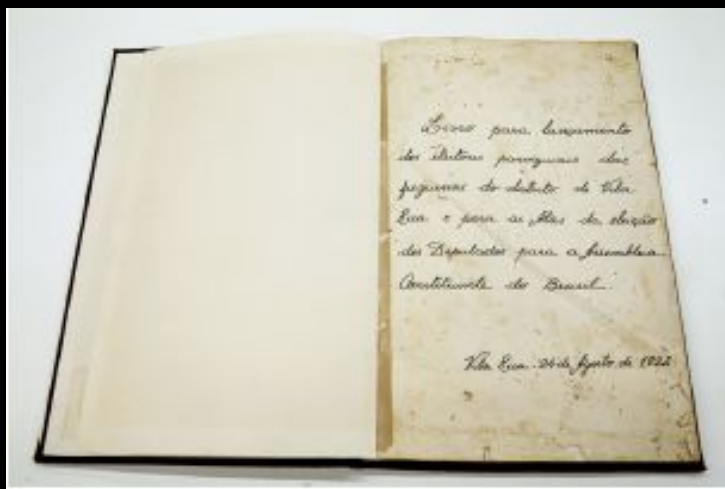
- ❑ Fichas cadastrais de colonos
- ❑ Relação de colonos
- ❑ Processos de requerimento de lotes
- ❑ Atestados de obtenção de lote
- ❑ Licitações
- ❑ Documentos da escola
- ❑ Documentos da delegacia de polícia
- ❑ Outros.



Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1889) Arquivo Público Mineiro



Criado em 1895, o Arquivo Público Mineiro – APM – tinha como atribuições originais receber e conservar todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história, à geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico de Minas Gerais. Foi pensado originalmente como um centro de preservação, pesquisa e difusão da história e da cultura mineira.



O Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) foi recolhido ao Arquivo Público Mineiro (APM) em 1895, data de criação dessa instituição. Portanto, há 117 anos esse Fundo integra o acervo do APM. A documentação camarária de Ouro Preto é composta por mais de 200 mil páginas de documentos manuscritos e impressos (53,4 metros lineares) e diz respeito aos registros administrativos produzidos e recebidos pela Câmara Municipal de Ouro Preto, no período compreendido entre 1711 e 1889.

Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1889)

Arquivo Público Mineiro



Ao longo de mais de um século, esse Fundo tem sido uma das principais fontes para se conhecer a história política, social, econômica, e cultural de Minas Gerais e do Brasil dos séculos XVIII e XIX.

São 53,4 metros lineares de documentos textuais, com projetos de construção e reforma da Câmara, cadeia, pelourinho, chafariz, casa de ópera, documentos referentes à mineração, termos de posse, exames de ofício, códigos de postura, lei orgânica, criação de enjeitados, exéquias e aclamação dos monarcas portugueses.

Em 1943, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou o conjunto documental da Câmara Municipal de Ouro Preto.



Solicitação de pagamento de 50 oitavas de ouro referentes à arrematação da música e do coro para um “Te Deum laudamus”, 1755, Vila Rica



Resolução sobre o Porte de Armas - 1831



Livros dos Bens Livres Pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco (1765-1768)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano



O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP é instituição de direito privado fundada em 28 de janeiro de 1862.

O “Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco” é um manuscrito costurado e encadernado, com letra do século XVIII e constituído por informações relacionadas com os bens fixos, móveis e semoventes pertencentes à antiga Companhia de Jesus, e existentes na Capitania de Pernambuco a qual se uniam Olinda, Paraíba e parte do Ceará.

As informações são registradas a partir de ordem régia de outubro de 1761, contendo anotações iniciadas a primeiro de agosto de 1765 até 21 de fevereiro de 1768. São dados contendo a descrição dos bens, valores econômicos, localização e nomes de religiosos e de civis que mantinham negócios com os Inacianos até 1759 quando, por ordem do Rei D. José I foram expulsos do império ultramarino português.

O documento, contendo um total de 282 folhas numeradas, escritas frente e verso, em papel artesanal frágil.

Mapa Etno-Histórico do Brazil e Regiões Adjacentes. Por Curt Nimuendajú (1943) Museu Paraense Emílio Goeldi

Memória do Mundo

O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região.



O Mapa Etno-Histórico do Brazil e Regiões Adjacentes, por Curt Nimuendajú (1883-1945), é um mapa manuscrito, com grande formato, que foi produzido em 1943 pelo maior etnólogo que trabalhou no país, nascido na Alemanha e naturalizado brasileiro em 1921. Ele reúne informações sobre a localização e o deslocamento de todas as etnias que viveram e vivem em território brasileiro desde o século XVI, compiladas da literatura escrita até então – incluindo fontes históricas.

Mapa Etno-Histórico do Brazil e Regiões Adjacentes. Por Curt Nimuendajú (1943)

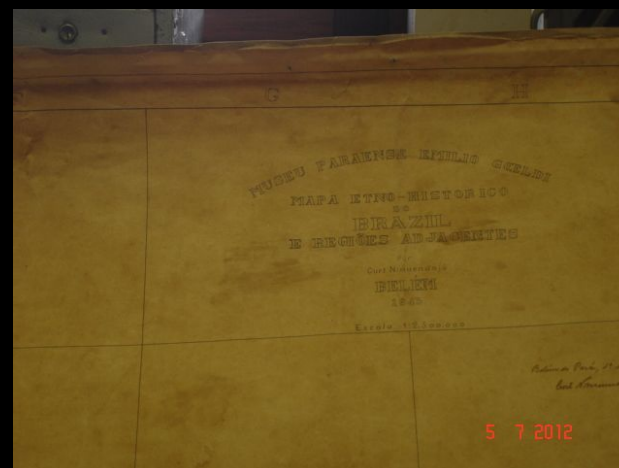
Museu Paraense Emílio Goeldi

Memória do Mundo



Do ponto de vista científico, trata-se de documento *sui generis* na história nacional pela erudição e capacidade de síntese. O mapa resume e permite visualizar de maneira notável a imensa diversidade social e linguística do país, em perspectiva diacrônica e sincrônica.

Do ponto de vista social e político, o documento é igualmente relevante, pois dá visibilidade à história das populações indígenas e permite que estas tenham acesso a informações muitas vezes restritas a publicações científicas ou manuscritos raros.



Negativos de Vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz – IOC (1903-1946)

Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz

Memória do Mundo

A Casa de Oswaldo Cruz, criada em 1985, é dedicada à preservação da memória da fundação Oswaldo Cruz e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. As pesquisas concentram-se no campo da história das ciências e da saúde, com intensa publicação de livros e obras de referência sobre a institucionalização, a produção de conhecimentos e de políticas públicas em ciência e saúde no país.

O acervo sob a guarda da Casa é o mais expressivo do país sobre os processos políticos, sociais e culturais da saúde: fotografias, filmes, documentos, peças museológicas e depoimentos orais remontam ao fim do século 19, integrando o arquivo permanente da Fundação e os arquivos pessoais de cientistas e sanitaristas, entre eles Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Souza Araújo e Belisário Penna.



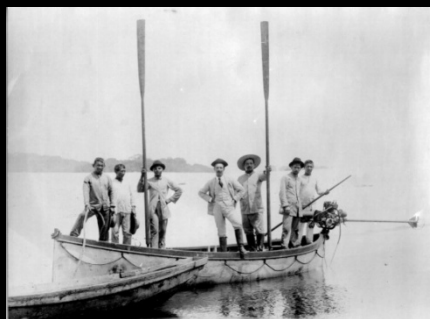
Casa de
Oswaldo Cruz



Negativos de Vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz – IOC (1903-1946)

Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz

Memória do Mundo



Os negativos fotográficos de vidro do fundo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) é formado por 7.680 itens originais de diferentes formatos, produzidos entre 1903 e 1946. Eles apresentam os primórdios da pesquisa biomédica e da medicina experimental realizadas de forma pioneira no Brasil pelo IOC, bem como um inventário histórico-sociológico de imagens até então inéditas das regiões Norte e Nordeste, percorridas por seus pesquisadores entre 1911 e 1913.

O impacto produzido pelas imagens na comunidade científica brasileira contribuiu, de forma decisiva e emblemática, para a posterior institucionalização de políticas públicas voltadas para os problemas sanitários que atingiam as populações do interior do país.

Processos Trabalhistas: Dissídios Coletivos e Individuais (1941-1985)

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco

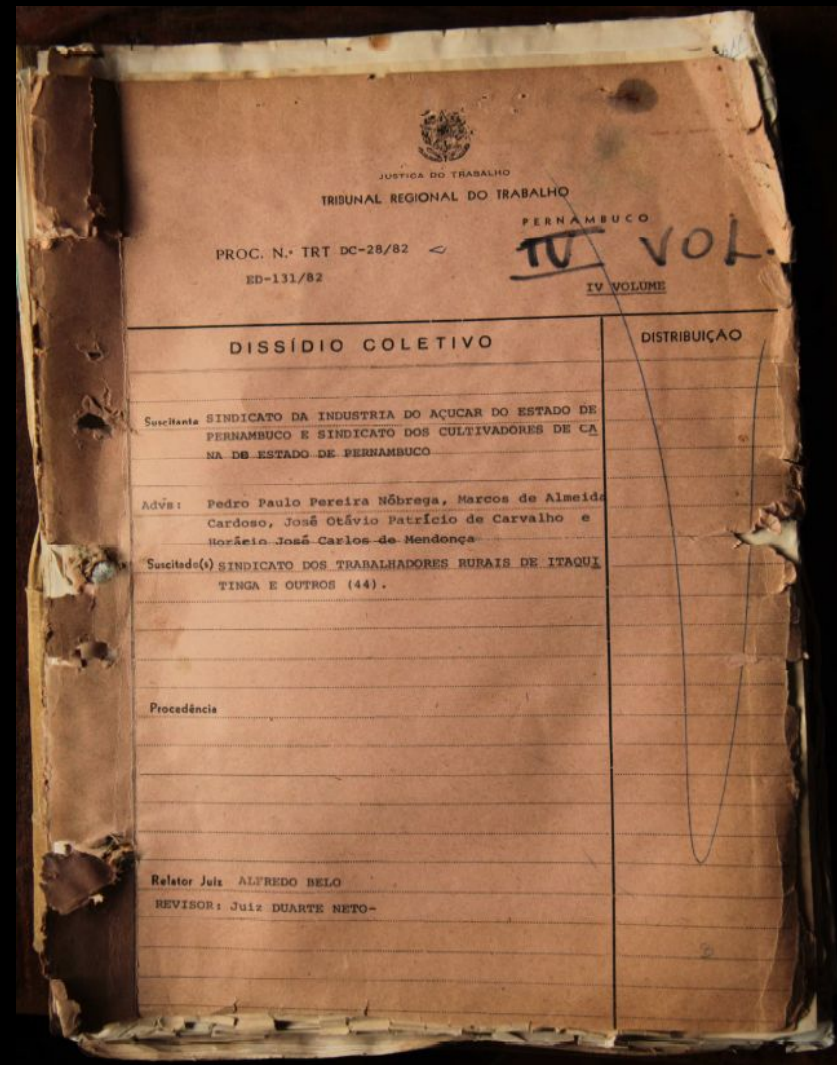
Memória do Mundo



Os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) fazem parte da Justiça do Trabalho no Brasil, em conjunto com as Varas do Trabalho e com o Tribunal Superior do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, criado em 01/05/1939, tem sede em Recife, Estado de Pernambuco.



O Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco, criado em 15/01/2009, é um espaço reservado à preservação da história do TRT da 6ª Região. Documentos antigos, mobiliário e fotografias contam a trajetória de mais de seis décadas da Justiça do Trabalho em Pernambuco. Ele custodia o único conjunto documental de TRT totalmente preservado no país.



Processos Trabalhistas: Dissídios Coletivos e Individuais (1941-1985)

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco

Memória do Mundo

O acervo processual da Justiça do Trabalho de Pernambuco é uma inédita e rica coletânea de documentos sobre a História do Trabalho, marcada pelas lutas e conquistas trabalhistas, permeadas pelo conflito capital / trabalho, no campo e nas cidades, desde 1941, na era Vargas, até o Período Militar (1964 a 1985). Tratam-se de documentos processuais dos dissídios coletivos, acordos, laudos periciais, fotos, pareceres, presente em cada peça de documento que compõem os autos, como legítimo registro dos conflitos sociais. São 6 km de processos, que equivalem a 500.000 (quinhentos mil) processos, com número significativo de processos conflitos no campo, especialmente na zona canavieira.



*Imagens e Textos: Instituições custodiadoras dos acervos
nominados e pareceres do Comitê Nacional do Brasil do
Programa Memória do Mundo da UNESCO - MOWBrasil*

*Edição: Maria Elisa Bustamante
Arquivo Nacional
Rio de Janeiro – 04 de dezembro de 2012*



Ministério
da Cultura

